
065ª SESSÃO ORDINÁRIA - 11AGO2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Márcio Bins Ely solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 8 a 17 de agosto de 2014.

A Ver.^a Sefora Mota solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no dia 11 de agosto de 2014. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o Memorando de autoria do Ver. Eng^o Comassetto, nos termos do art. 218, § 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no Seminário Lei da Mobilidade Urbana, Desafios e Possibilidades, na cidade de Manaus, no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, no período de 13 a 14 de agosto de 2014. Informa ainda que a referida participação se dará sem ônus a esta Casa Legislativa.

O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Antonio Difini Garcia.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Fórum Permanente do Hip-Hop Gaúcho, que tratará de assunto relativo à Semana Municipal do Hip-Hop 2014/2015. O Sr. Jorge Cristiano Oliveira de Oliveira, representando o Fórum Permanente do Hip-Hop Gaúcho, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. JORGE CRISTIANO OLIVEIRA DE OLIVEIRA: Saúdo o Presidente desta Casa e estendo a todos aqui presentes essa saudação. Senhoras e senhores, chamo-me Jorge

Cristiano e manifesto-me em nome do Fórum Permanente do Hip-Hop RS, composto por lideranças culturais, artistas, educadores sociais e entidades atuantes em todas as comunidades de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Essas entidades e lideranças atuam nos 365 dias do ano, desenvolvendo projetos artísticos, culturais, sociais, educativos em comunidades na Capital, no Estado, no País e no Exterior. Realiza formações e capacitações, divulgando nossos projetos e ações nas comunidades, tendo a cultura *hip-hop* como tecnologia de transformação, abordando e debatendo temas variados e atuais.

O Fórum Permanente de Hip-Hop RS é considerado a instância maior desta cultura no Estado, servindo de referência e exemplo para outros estados, modelo de organização, atuação e iniciativas nas áreas cultural, artística, educativa e social. O primeiro GT de *hip-hop* do País surgiu aqui. A lei do *hip-hop* foi aprimorada por nós e hoje é utilizada em mais de 14 cidades do Estado e em outras cidades do País, que também implementaram as suas Semanas do Hip-Hop.

A Semana do Hip-Hop foi uma grande conquista, mostrando como a democracia e o trabalho conjunto podem dar resultados positivos. Desenvolvidas em comunidades com conflitos - segundo moradores -, nos dias em que essas atividades aconteciam, a comunidade tinha um dia tranquilo, sem mortes ou brigas, pelo respeito de outros seguimentos atuantes nas comunidades junto à cultura *hip-hop*. É comprovado que, onde há cultura, arte, esporte e educação, as incidências de crimes e outros delitos são infinitamente menores. O *hip-hop* mobiliza os moradores em atividades dinâmicas, onde crianças, jovens e adultos interagem, trocando conhecimentos, fortalecendo os laços familiares e valores positivos.

A Semana do Hip-Hop, em 2014, está em sua 8ª edição; em 2015, será a 9ª edição. Desde a primeira atividade, priorizamos abordar e debater temas do cotidiano das comunidades, utilizando os elementos como base de mobilização e transformação, fomentando nestes o desejo de mudanças em suas realidades vigentes. A Semana do Hip-Hop desenvolve atividades durante um mês nas cinco regiões de Porto Alegre – Norte, Sul, Leste, Nordeste e Centro –, mobilizando muitas pessoas e lideranças, causando impactos positivos junto a estas comunidades. Precisamos dispor de um maior orçamento para que possamos estender estas atividades a mais comunidades dentro destas cinco regiões, beneficiando assim um número maior de pessoas com oficinas, debates e *shows*, onde priorizamos e potencializamos o protagonismo, autoestima,

autonomia, reflexão, democracia, senso crítico. Toda a construção é feita de forma democrática, onde os coletivos decidem tudo o que será feito dentro da Semana do Hip-Hop.

Desde seu surgimento, a cultura *hip-hop* vem mostrando resultados positivos de seus trabalhos. Pessoas que deixam a vida ilícita para atuar como cantor de *rap*, dançarino, DJ, e muitas pessoas que não desenvolvem nenhum segmento dentro da cultura apenas organizam suas vidas através da ideologia da cultura *hip-hop*, que, junto a outras ações e segmentos, proporciona a transformação e a inclusão social.

Atuamos onde o Poder Público não chega, temos a oportunidade de realizar transformações a partir da arte, da cultura e do desejo de mudança dos indivíduos que moram nessas comunidades. Nossas ações são pequenas diante do desafio que se mostra à nossa frente, e, para termos maiores resultados, precisamos de apoio e investimentos.

As comunidades e seus moradores precisam que os senhores e as senhoras, Vereadores e Vereadoras nos ajudem, garantindo uma dotação orçamentária adequada a esse tipo de atividade, e para os benefícios que esta proporciona às comunidades. Em 2014, tivemos R\$ 100 mil – emendas garantidas para a Semana do Hip-Hop pelos Vereadores João Derly e Sofia Cavedon. Pedimos a todos os Vereadores e Vereadoras apoio, pois, mesmo com o valor citado, nossas ações deixaram de fora muitas pessoas e comunidades. A Semana Municipal do Hip-Hop, Lei nº 057/07, apresentada pelo Ver. Sebastião Melo, construída em conjunto com ativistas e lideranças da cultura *hip-hop*, precisa de maior incentivo e apoio para beneficiar mais comunidades, mais adultos, mais jovens, os jovens negros, e, principalmente, mais crianças, que são o nosso futuro. Aqui, gostaríamos que levantar alguns dados alarmantes sobre os homicídios, que são a principal causa de morte de jovens entre 15 a 29 anos no Brasil, atingindo especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e das áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do Ministério da Saúde mostram que 53,3%, mais da metade, dos 49.932 mortos por homicídio em 2010, no Brasil, eram jovens, dos quais 76,6% são negros, pretos ou pardos, e 91,3% são do sexo masculino.

Gostaríamos que a Secretaria responsável pelo repasse da dotação – se esse repasse for indicado para a Semana do Hip-Hop – fosse a Secretária de Cultura, pois estamos vivendo uma experiência muito traumatizante na Semana do Hip-Hop de 2014: a Secretaria da Juventude nega-se a repassar a dotação orçamentária para a cultura, como foi feito em 2013, alegando que a prestação de contas não bate, sendo que o jurídico da Secretaria da Cultura, que nos contratou em 2013,

aprovou a mesma prestação de contas. Em maio, estivemos na Secretaria da Juventude e ouvimos do próprio Secretário Luizinho: “Devemos aguardar a avaliação da Cultura, pois o contrato foi feito com a Secretaria, para darmos andamento ao processo”. E a Secretaria da Juventude até o momento não liberou a dotação conquistada em Tribuna Popular, pelo coletivo do Fórum de Hip-Hop em 2013, junto a esta Casa, mesmo com o Secretário Roque Jacoby tendo enviado um *e-mail* avalizando a prestação de contas do evento de 2013.

Todos nós – eu, você e todos os que estão na tribuna e nas arquibancadas – desenvolvemos um trabalho de grande importância e bem sabemos não ser um trabalho fácil. Vemos o Poder Público, o Legislativo e as Secretarias como facilitadores do processo. A vida nas comunidades é difícil, precisamos da ajuda desta Casa para podermos, junto a outras ações e protagonistas, atenuar os fatos que ocorrem no dia a dia, sendo que um deles é o extermínio de crianças, adultos, jovens. Em 2013, o tema da Semana Municipal do Hip-Hop foi o extermínio da juventude, debatido junto a lideranças e aos moradores das comunidades. Neste ano, o nosso projeto visa a desenvolver um seminário para que as lideranças comunitárias, os ativistas e as entidades sociais possam debater, junto aos representantes do Poder Público, o extermínio da juventude negra e as ações que poderemos tomar para minimizar tudo o que está acontecendo. Somente com ações conjuntas – esporte, cultura, saúde, arte, direitos humanos – poderemos prevenir e remediar a situação que hoje acontece e que acomete muitas comunidades pelo Brasil afora. Desde já, agradeço a atenção e a presença de todos aqui nesta Casa. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Sr. Jorge. O Ver. Kevin Krieger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde. Em nome da Bancada do Partido Progressista, integrado pelos Vereadores Mônica Leal, Guilherme Socias Villela, João Carlos Nedel e por mim, quero te dizer, Juquinha, a quem conheço há muito tempo, pelo trabalho desenvolvido na área do *hip-hop*, que a nossa Bancada está à disposição e será parceira para apoiar a Semana do Hip-Hop, algo que é tão importante para o desenvolvimento cultural das nossas comunidades da periferia. Sem dúvida nenhuma, estaremos com vocês nesta luta e nesta caminhada. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DELEGADO CLEITON: Em nome da Bancada do PDT, quero saudar todos os representantes e guerreiros de rua, que trazem nesta arte o poder das manifestações das periferias, a bandeira para que acabe com a morte indiscriminada de jovens negros; a bandeira para que levem à periferia a palavra dos artistas, a palavra dos moradores, a palavra de quem sofre, muitas vezes, pelo abandono do Poder Público. Então, em nome do PDT, em nome da minha Bancada e em meu nome, quero dizer que somos solidários e que estamos juntos nesta luta. Poder ao *hip-hop*! Poder à periferia! (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu quero cumprimentar, na pessoa do Jorge – ou Juquinha, como a gente conhece –, todos os integrantes do Fórum Permanente do Hip-Hop Gaúcho que estão aqui presentes, vários lutadores e lutadoras conhecemos de muitas lutas. Quero cumprimentar todos vocês e, ao mesmo tempo, parabenizá-los pela mobilização. Estamos vendo um contingenciamento de verbas do Governo, sobretudo nas áreas culturais. Tu falaste sobre o contingenciamento de 2014, e, relativamente à expressão da cultura da periferia, seja na expressão do *rap*, do grafite, do *skate*, de todas as formas de expressão da cultura *hip-hop*, vemos a tentativa de cortar recursos para aquilo que é fundamental para a nossa juventude, que são as políticas públicas culturais para combater o extermínio da juventude negra, para combater a criminalização da pobreza que nós temos no Brasil, para combater a verdadeira gangue capitalista que é o narcotráfico, que rouba juventude diante da falta de alternativas que o Estado deixa de dar dentro das periferias. E nós sabemos desse trabalho valoroso que vocês fazem. Então, fiquei muito espantada com essa perseguição que vocês estão sofrendo no sentido de garantir que a Semana saia, que a Semana seja realizada com sucesso e, sobretudo, que sejam garantidos todos os recursos que foram aprovados pela Câmara Municipal, numa emenda que foi apresentada pelos Vereadores e votada por toda a Câmara. Quero já deixar o nosso apoio, o da Bancada do PSOL, meu e do Ver. Pedro Ruas, no sentido

de garantir que a Semana saia este ano, que possamos, em 2015, garantir mais recursos para desenvolver uma cultura verdadeiramente popular, que merece não só o nosso aplauso, como também a nossa luta.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Prezado Presidente, prezado Juquinha, cumprimentando-o, saúdo toda a galera do *hip-hop*. E quero registrar aqui um momento particular do processo. Há uma década, venho acompanhando, todos os anos, a vinda do *hip-hop* aqui, seja do PX, enfim, de toda a galera de vocês, e todos os anos havia uma posição forte aqui, principalmente do Ver. João Antonio Dib, que nos ouve, no sentido de tirar o boné. E, agora, que o Ver. João Antonio Dib não está mais nesta Casa, pela primeira vez o *hip-hop* está na Mesa sem o boné. Eu quero registrar aqui que, do nosso ponto de vista, pode colocar o boné.

Bem, dito isso, quero reafirmar aqui que o trabalho que o *hip-hop* faz é a questão da inclusão pela cultura, e isso não pode ficar só no papel. Além da Semana da Hip-Hop, nós temos que ter permanentemente a descentralização da Cultura, e isso tem que acontecer na prática, porque o Executivo Municipal, do nosso ponto de vista, está aquém do que está programado para a descentralização da Cultura. Conte conosco, um abraço da Bancada do Partido dos Trabalhadores! Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Jorge, eu quero, antes, fazer um registro. Eu também acho que você pode permanecer com o boné. O Ver. João Dib levantou esse assunto lá atrás porque o nosso Regimento traz essa proibição. Então, o que nós temos que fazer é mudar o Regimento, isso sim. Faço esse registro em respeito ao Ver. João Dib. Eu sei que o Ver. Comassetto não o fez com essa intenção, mas, como nós somos muito amigos aqui, eu só queria fazer esse registro. Com certeza, não só o *hip-hop*,

também todas as demonstrações de arte, de cultura precisam ser melhores valorizadas. Não só na fala, no discurso, que é o que mais se vê aqui neste Município, é investimento na grande mídia. Agora, investir lá origem, trazer condições, levar condições, para que isso se desenvolva, é o que nós não estamos vendo há muito tempo. Então, conte com a nossa Bancada também, da mesma forma, e parabéns a vocês! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. IDENIR CECCHIM: Em nome da Bancada do PMDB, da qual o Presidente faz parte também, mais a Ver.^a Lourdes Sprenger e o Ver. Valter Nagelstein, eu quero dizer que o *hip-hop* faz um bom serviço na Cidade para a juventude e para quem é grande também. E que bom que a gente possa ouvir essa manifestação no Marinha do Brasil, nas praças, no Parque Germânia, mas eu sei que ele nasce lá onde o pessoal não consegue nem ter praça. E o *hip-hop* está lá na Santa Rosa, lá no Sarandi, lá na Lomba do Pinheiro, no nascedouro. Então, eu quero cumprimentar esses artistas, essas pessoas simples, mas com uma cabeça muito boa, pessoas que ajudam a dizer: “Pobre é gente; preto, branco, índio são todos iguais; e o Rio Grande, Porto Alegre, é de todos nós”. Que bem que todos fazem e agem nesse discurso de quando o Prefeito Fogaça começou a descentralizar a cultura. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, inicio em meu nome e do Ver. João Derly, da Bancada do PCdoB, cumprimentando o Cristiano e dizendo que no ano passado eu tive que colocar o boné, e hoje tive a honra de te entregar o boné enviado pelos teus companheiros, para que tu, por uma questão de cultura, possas estar aí com este boné. Quero cumprimentar o Fórum pela unidade e pela luta, porque a unidade sempre é a bandeira da esperança e a chave da vitória das lutas políticas, econômicas, sociais e culturais. Se tu me permites, quero cumprimentar, de uma forma muito especial, as

mulheres do *hip-hop*, porque, como todas as mulheres do mundo, tiveram que se mostrar com a sua cultura, com a sua capacidade, com a sua luta, para mostrar que o *hip-hop* é uma forma de uma expressão cultural desta Nação, cuja maior riqueza é a nossa diversidade humana e cultural. As mulheres do *hip-hop* estão aptas a contribuir com a cultura da nossa gente e do nosso povo. Acho que é um momento de resgatar a luta histórica das mulheres do mundo, do Brasil, da nossa Cidade, através deste momento, com os homens e as mulheres do *hip-hop*. Quero dizer também que, em nome da nossa Bancada, estamos aqui para exigir que as emendas aprovadas, nesta Casa, no ano passado, sejam liberadas para o movimento *hip-hop*, porque foi fruto da luta de vocês e dessa articulação política que felizmente vocês têm com esta Casa, hoje presidida pelo Professor Garcia, e no ano passado pelo Ver. Dr. Thiago.

E finalmente quero dizer que compreendo o movimento *hip-hop*, com ele me misturo, me identifico, exatamente porque o movimento *hip-hop* faz parte da cultura de nossa Nação, inclusive sendo um ponto estratégico para enfrentar a contracultura que vem de fora. Neste momento estamos falando na cultura e na soberania nacional através da presença do *hip-hop* na Câmara Municipal de Porto Alegre. Cultura é soberania nacional, *hip-hop* é soberania nacional.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Eu acho que todos os movimentos do povo têm que estar nesta Casa e representados nesta Casa, seja com os seus abadás, com os seus bonés – eu insisti muito para que tu o colocasses -, porque são as vestimentas do *hip-hop*, assim como respeitamos a vestimenta dos gaúchos, as vestimentas de todos os credos nesta Casa. Então, essa cultura tem que ser respeitada e preservada por esta Casa do Povo, que tem a obrigação de lutar para que a periferia de Porto Alegre e todas as suas formas artísticas e credos sejam respeitados nesta Cidade. Vida longa ao *hip-hop*, vida longa à luta de vocês! Nós estaremos sempre juntos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; eu quero acrescentar uma manifestação muito pessoal às manifestações que já ocorreram. Desde a Legislatura passada, quando aqui na Casa tínhamos o Ver. DJ Cassiá na vereança, grande defensor do *hip-hop*, em todas as oportunidades nós firmamos posição em favor dessas manifestações culturais espontâneas, marcadas inclusive pela integração da comunidade – e por que não dizer? -, com grande predominância da comunidade negra, que lá na Bonja, na 470 ou lá na Tinga, em todo lugar, tem se integrado de forma objetiva com grandes expressões culturais. Então, nós gostaríamos, neste dia, como as outras Bancadas já fizeram, de acrescentar a nossa solidariedade. Obviamente, eu, nos meus 74 anos, quase 75, já disse na tribuna, eu sou do tempo do tango, agora tenho que entender que a juventude hoje é do tempo do *hip-hop* e tem que ser apoiada, porque a juventude merece ser apoiada. Disse a Ver.^a Jussara Cony que queria saudar as mulheres do *hip-hop*; eu quero saudar as mulheres, os homens, os jovens e todos os que participam do *hip-hop*. E dizer que esta Casa não vai faltar, e que agora, quando vier o Orçamento, nós vamos aumentar os recursos da descentralização da cultura para favorecer o *hip-hop*.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Sr. Jorge Cristiano Oliveira de Oliveira está com a palavra para suas considerações finais.

O SR. JORGE CRISTIANO OLIVEIRA DE OLIVEIRA: A respeito do chapéu, ele é uma indumentária típica da cultura *hip-hop*, mas eu optei por não usar, porque não uso no dia a dia. O *hip-hop*, hoje, não pode ser caracterizado pela vestimenta, porque ele é universal; então, estar de terno ou não é indiferente, por ser da cultura ou não.

Foi muito bom ouvir, de todas as Bancadas, esse apoio, porque da outra vez que estivemos aqui... Acho que a Semana do Hip-Hop e o Fórum Permanente têm muito a agradecer, porque sempre que viemos aqui fomos bem acolhidos, menos na questão do uso do boné, porque sabemos que regras têm que ser cumpridas, bem como os regimentos. Sou delegado do OP e temos o nosso regimento que também tem que ser cumprido, e entendemos bem isso.

É bom ver que todos acenaram positivamente para um problema que nós estamos enfrentando e não deveria ter acontecido, porque, como a Vereadora falou, nós nos unificamos, nos organizamos, temos nossas reuniões todas as sextas-feiras, em que delegamos e realizamos projetos diferentes desse projeto que é desenvolvido aqui. Temos vários outros projetos, mas a Semana do Hip-Hop foi uma conquista pela organização e pela mobilização que fizemos em todas as comunidades vindo até esta Casa, mas, infelizmente, não conseguimos desenvolver este ano ainda por conta do não repasse da dotação para o contrato a ser feito pela Secretaria de Cultura.

Nós tivemos uma reunião junto à Secretaria de Cultura, onde estava o Secretário Jacob; o coordenador da descentralização; o Secretário da Juventude foi chamado, mas não foi nem enviou ninguém para representá-lo – até o momento não conseguimos – e já estamos com o projeto organizado, com as datas, com os locais, mas não temos a liberação da verba, que foi – volto a dizer – conseguida em Tribuna Popular e nos foi dada pelo Ver. João Derly e pela Ver.^a Sofia Cavedon. Gostaríamos que pensassem bastante num orçamento maior para o ano que vem, porque mesmo com o orçamento que tivemos, nós estamos atendendo a uma comunidade em cada uma das regiões e sabemos que as regiões são compostas por várias outras comunidades, e para que possamos também abraçar essas comunidades precisamos ter um apoio maior desta Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Jorge Cristiano.

O Sr. Delegado Cleiton: Sr. Presidente, gostaria de convidar o pessoal do *hip-hop* para uma exposição de grafite aqui na Câmara de Vereadores – espaço que foi aberto pela primeira vez dentro de um órgão público. Está ali embaixo, vamos passar ali porque é legal prestigiar os amigos que também fazem essa arte de rua!

A Sra. Sofia Cavedon: Assim como o Vereador colocou, eu quero informar a V. Exa. que vou propor ao Presidente da CECE, o Ver. João Derly, que, imediatamente, convoquemos o Governo na Comissão de Educação e Cultura...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereadora, a sua Comissão e a do Ver. João Derly são livres para fazer qualquer ato, mas aqui...

A Sra. Sofia Cavedon: Eu estou informando oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Eu sei, Vereadora, mas não é Questão de Ordem!

A Sra. Sofia Cavedon: Claro que é.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Não, não é uma Questão de Ordem.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; meus colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores aqui presentes, comunidade que trabalha com a educação especial, com a assistência social da FASC, que volta aqui para que possamos enfrentar o projeto e dar continuidade à sua aprovação. Quero dizer que este trabalho da assistência social é universal, mas quero trazer aqui, hoje, Ver.^a Jussara Cony, um outro tema que é um problema de gestão que já perpassa as três últimas gestões da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que é a respeito do Camelódromo da Restinga.

O Camelódromo da Restinga é um sonho daquela comunidade para organizar todos os comerciantes que lá existem. E aqui eu tive o prazer, ainda em 2005, na época, de propor essa inclusão no Plano Plurianual e de incluir uma emenda no Orçamento. Na época, fui conversar com o Ver. Cecchim, que era Secretário da SMIC, que assumiu o compromisso de desenvolver aquele projeto.

Pois bem, o projeto foi desenvolvido, e, na última gestão, na Prefeitura Municipal, com o Secretário Valter Nagelstein, iniciaram-se as obras, que não foram concluídas até hoje, estão lá paradas! Foram gastos em torno de R\$ 650 mil – aquilo lá é um escândalo para a sociedade porto-alegrense e para a Restinga, uma vez que foi gasto dinheiro público. Foi anunciado que as obras seriam entregues ainda em dezembro de 2012, já estamos em 2014, os gestores já não são mais os mesmos e o problema continua.

Ver. João Carlos Nedel, um dos princípios constitucionais é que nós venhamos a zelar pelo patrimônio público e pela aplicação dos recursos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, que possamos dialogar com o Ver. Cecchim, que está no plenário, e com o Ver. Valter Nagelstein, ex-Secretário da SMIC e responsável pela construção, que não está no plenário. E o atual Secretário da SMIC, Dr. Goulart, fala sobre o escândalo dos R\$ 650 mil que foram gastos, das obras que estão paralisadas na Restinga, daquela comunidade que necessita daquele equipamento. (Mostra documento.) Quero que venham a esta tribuna para compartilhar este debate com os demais colegas, porque este tema tem que ser esclarecido para a Cidade.

Sugiro que convidemos o Dr. Goulart para que venha a esta Casa - porque os demais Secretários aqui estão -, para que possamos saber como foi gasto o dinheiro, já que o equipamento ainda não foi entregue para a comunidade; o que nos interessa é que o equipamento seja entregue para a comunidade, e que esta faça uso do equipamento.

Em 2011 e 2012, viemos a esta tribuna cobrar, primeiro, a celeridade da obra, depois, a transparência na definição dos comerciantes, dos camelôs, dos ambulantes da comunidade que fariam a ocupação - isso nunca nos foi trazido com a clareza necessária. Sempre foi dito aqui, pelos responsáveis pela condução da obra, que, em 2012, seria inaugurado. Inclusive, o atual Secretário da SMIC, Dr. Goulart, no início deste ano, chegou a ir lá para fazer a inauguração da obra, com a equipe toda. Chegando lá, viu que, afinal de contas, era inconcebível inaugurar uma obra pela metade. Bom, e tem toda a razão.

Nós estamos aqui porque todos sabemos que nós precisamos cada vez mais descentralizar: descentralizar a cultura para os bairros; descentralizar a saúde para que as pessoas sejam atendidas lá; descentralizar a assistência social para que todos os equipamentos estejam lá; descentralizar a geração de renda, o emprego, para que as pessoas não precisem se deslocar de um lado para o outro na Cidade. E esse equipamento é de fundamental importância para a comunidade da Restinga, para que nós possamos constituir, cada vez mais, o que chamamos de centro de bairro, porque, tendo um centro de bairro, as pessoas ficam lá e não precisam pegar um ônibus para se deslocar, levando duas horas para irem e duas horas para voltarem.

Recebi, há pouco, e quero que a nossa câmera registre, aqui, por favor, o Jornal da Restinga. (Mostra jornal.): “Dr. Goulart fala do escândalo dos R\$ 650 mil na aplicação do camelódromo da Restinga”. O último Secretário foi o Ver. Valter Nagelstein, então gostaria que ele viesse aqui, a esta tribuna, explicar o que significa o processo em que foi

aplicado esse dinheiro, que, teoricamente, até agora, está sendo apontado como mal gasto, ou gasto inadequadamente. Nós queremos que isso seja passado a limpo. Esses dias - segundas, quartas e quintas -, mesmo para aqueles que são candidatos, é dia de Sessão, e nós temos que estar aqui para fazer debates sobre os problemas da Cidade. Então quero, Sr. Presidente, em nome do Partido dos Trabalhadores, fazer este registro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Eng^o Comassetto.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; demais colegas Vereadores; senhoras e senhores, quero iniciar a minha fala fazendo uma homenagem: hoje é o Dia do Advogado. O advogado é aquele profissional que tem uma atividade essencial à sociedade, talvez uma das profissões mais antigas da humanidade, que trata dos direitos das pessoas. Gostaria de colocar este microfone à disposição especialmente dos colegas Vereadores que são advogados.

Ao mesmo tempo em que faço esta referência homenageando todos os profissionais advogados, quero dizer aos que estão nos assistindo que o Prefeito desta Cidade é advogado, que o Vice-Prefeito desta Cidade é advogado. Eles fazem uma homenagem à sua classe vetando o projeto aprovado aqui nesta Casa e - pasmem - o Vice-Presidente da OAB, o Dr. Pellizzerd, aproximadamente há dez dias, ligou-me e disse que já estava tudo acertado, que havia resistência e que algumas entidades também queriam se fazer presentes. Ele disse que iriam contemplar algumas entidades, citou alguns sindicatos e que havia a exigência de esses advogados estarem inscritos na OAB, porque a OAB quer qualificar esse serviço. Os senhores sabem que seguidamente aqui tenho feito ações, projetos, falas, criticando a EPTC, mas nunca quis assumir que há a indústria da multa. Eu quero comentar com vocês, com muita calma, que praticamente nos meses de maio e junho estivemos debatendo um projeto do Executivo e um outro de um colega Vereador

que tratavam de destinar um percentual das multas para este ou aquele segmento, para atender a esta ou aquela expectativa da sociedade. Ora, se nós estamos criando lei para destinar percentual de multa, se estamos vendo que vetam um projeto que quer moralizar e qualificar as JARIs – Juntas Administrativas de Recursos de Infrações. Quando alguém recebe uma multa, pode encaminhar administrativamente um recurso justificando. Hoje, aqui em Porto Alegre, poucos estão fazendo isso, porque é um faz de conta. Então, os senhores acham que eu devo acreditar que não tem a indústria da multa? Pois eu quero dizer que agora está materializado: aqui tem, sim, a indústria da multa! Esta Casa oportunizou ao Executivo qualificar as JARIs, dizendo que em cada Junta teria que ter, no mínimo, um advogado. As JARIs de questões de Direito, quando são questões de Direito parte-se do pressuposto que o profissional qualificado é o advogado, porque estudou Direito. Agora, vetarem o projeto?! Pasmem com o que eu vou lhes dizer: o Dr. Pellizzer me liga para dizer que acertou tudo com o Vice-Prefeito, Sebastião Melo, que é advogado, e que a OAB vai fazer o registro das entidades de classe que têm os seus advogados; vamos tentar buscar os melhores qualificados e todos vão ser representados lá. O Dr. Pellizzer foi para casa e disse para a Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul que o projeto seria sancionado. O que aconteceu? Vetaram! Agora ligo para o Dr. Pellizzer e ele me diz: “Não, Bernardino... Tu tens certeza? Eu fui falar com o meu colega, Sebastião Melo, que é advogado, que é Vice-Prefeito, e eu como Vice-Presidente da OAB, acertamos tudo!” Ele disse que não recebeu nenhum telefonema dando notícias de que o projeto tinha sido vetado! Pois o Dr. Pellizzer não sabia o que nós sabemos, tem muito mentiroso por aí!

Quero dizer o seguinte: eu conheci o colega Sebastião Melo aqui nesta tribuna, ele que fazia discursos inflamados, que falava do quero-quero que botava o ovo num lado e cantava no outro, que mencionava o santo que tinha que cuidar porque ele era de barro. Pois o santo que é de barro é o santo Sebastião Melo! Esse santo que é de barro, porque não se constrói cidadania enganando pessoas! Estou me referindo à pessoa do Vice-Presidente da OAB, Dr. Pellizzer, que passou quase toda uma tarde construindo e me liga dizendo que estava tudo resolvido, que tinham encontrado um meio-termo, que a OAB vai contemplar os advogados das entidades, basta que encaminhem os seus currículos e os mais qualificados vão melhorar as nossas Juntas de julgamentos dos recursos administrativos.

Como os senhores e senhoras que estão nos ouvindo acham que eu me sinto neste momento, quando as alegações que faz na justificativa do Veto viajam no Código Tributário Nacional e na Constituição? Mas é claro que o Código Tributário Nacional e a Constituição não vão tratar de JARIs dos Municípios! Não precisa nem estudar para isso! O Código Tributário Nacional e a Constituição dão o norte! É óbvio que nós temos competência para legislar sobre esse assunto. Se para criar a EPTC, o projeto foi aprovado nesta Casa, logo, nós temos competência para legislar sobre procedimentos de servidores daquela instituição. Esse discurso diz que eu quero proibir que fiquem aplicando multas, escondidos, dissimulados, camuflados, quando foram constituídos para trabalharem com fardas. Tanto é que nós os chamamos de “azuizinhos”! Temos que mudar, temos que chamá-los de “camufladinhos”! Não quero atacar os servidores, esses que merecem todo o nosso respeito, que trabalham dia e noite muitas vezes sem uma capa, sem um coturno, expostos às intempéries. Não são eles, é a instituição. Eles cumprem ordens. Digo mais: o Sr. Sebastião Melo estava comigo, quando ele foi Presidente desta Casa, e nós atendemos aqui uma comissão do sindicato dizendo que tinham cotas, que tinham que aplicar multas, porque senão eram perseguidos, ou será que ele esqueceu? Olha, Sr. Prefeito Fortunati, não adianta sair por aí dizendo que aqui em Porto Alegre é a capital da participação popular, que aqui todo mundo participa, que não sei o quê, e blá-blá-blá, e o Orçamento Participativo... O que eu sei do tal Orçamento Participativo é que tem uma parcela que participa, a outra serve para lotar ônibus do Sul ao Norte da Cidade. Muito parecido com a forma de fazer política de alguns tradicionais, que enchem a Casa, e são sempre os mesmos.

Então, no Dia do Advogado, eu quero homenagear os profissionais dizendo que não somos todos iguais, não. Tem gente aqui que os respeita, que os considera, que sabe da capacidade, da necessidade do advogado. Agora, há que se fazer um registro: o dia em que o povo, a sociedade começar a entender um pouquinho de política, tem muita gente que vai para casa, porque tem muita gente que só serve para fazer esteio para alguns governos. Podem os senhores ver, que é do Governo Federal, dos Estados e Municípios; os Prefeitos, os Governadores, os Presidentes são eleitos e formam uma grande base, o último que não fez caiu, que foi o Collor. Depois do Collor, ninguém mais correu o risco, formam as grandes bases; criam o maior número de cargos CCs possíveis e aí os Parlamentares ficam assim... (Faz gesto.) Falam uma coisa e fazem outra. Não têm coragem de se indignar. Eu entrei por aquela porta, e no dia que eu sair, sairei muito

consciente de ter deixado de fazer algumas coisas, de ter exagerado em outras, mas nunca de ter enganado o povo ou de ter sido omissos. Por isso eu digo: o Prefeito Fortunati e o Vice-Prefeito Sebastião Melo foram inconseqüentes em vetar esse projeto. Primeiro, que poderiam ter construído o andamento dele aqui, e não o fizeram. Depois enganaram o Vice-Presidente da OAB dizendo que ele seria sancionado. Eu não sei até quando o povo vai aceitar esse comportamento. O dia em que o povo botar para funcionar a sua memória, com certeza, terá muito gente que voltará para casa, porque não dá mais, é muita mentira, muita irresponsabilidade. Se Porto Alegre é a Capital internacional da participação popular, por que não querem a participação dos advogados nas JARIs, que trata de Direito? Então, o que querem?

(Aparte antirregimental.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sim, claro, se colocar advogado baixará a nossa receita.

(Aparte antirregimental.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Então vai ter que colocar um “azulzinho” ali, camuflado, botando a máquina para dar multa. Eu não sou contra as multas, não, não sou não! Só que um profissional que fica escondido multando só traz receita, só é arrecadatário, não é educativo! Nós precisamos de policiais, de servidores - esses que foram constituídos para trabalharem fardados -, que apareçam na via pública. Agora, o sujeito ficar escondido em uma curva, isso é só para multar, só para arrecadar. Aí, claro, não querem que o advogado participe, porque, imaginem, daqui a pouco baixará a receita.

Nós precisamos nos unir. Hoje sou que estou brigando pelo meu projeto; amanhã, será qualquer um dos senhores. Se nós não ficarmos unidos, ninguém aprova nada! O que é capaz desses maravilhosos e iluminados fazerem? Vou dizer: capaz de mandarem um decreto contemplando isso aqui, só para não dar o gostinho para o Bernardino. Agora, há épocas – já aconteceu várias vezes aqui – em que chegam mandar equipes desesperadas dizendo: “Pelo amor de Deus, não assina!” Os senhores sabem como é.

Temos também contemplado, porque esta Casa tem se dividido: de um lado situação, do outro lado oposição. E o povo aplaudindo, mas perdendo!

Fico muito triste de usar este tempo para fazer esse registro, mas eu não posso ficar sem fazer! Sei das minhas limitações, sei que posso errar, posso exagerar, mas eu não passo vergonha na rua! Eu não passo! Porque as pessoas que me conhecem sabem que o que está ao meu alcance, eu procuro fazer, e não engano ninguém! Tratar com o Vice-Presidente da OAB, dizer que vamos sancionar, e vetar, é enganar! E volto a dizer que lembro do Sebastião Melo, aqui desta tribuna, fazendo críticas contundentes, especialmente ao PP: “O quero-quero canta de um lado e bota ovo do outro. O santo é de barro...” E não sei o que mais; falava dos CCs. Alguém quer pedir um aparte para me dizer quantos CCs nós tínhamos há 10 anos e quantos nós temos hoje, no Município? Alguém se atreve? Está aberto. Eu acho que chegou a hora de oportunizarmos a cada um de falar o que sente. Olha, gente, quem tem bons princípios, quem quer construir, quem quer ajudar, quem quer trabalhar morre de tédio aqui nesta Casa se não brigar!

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Bernardino, sobre o tema CCs, nós, em todos esses oito anos, viemos denunciando e votando contrariamente à ampliação nesta Casa. E os dados são de 100% de aumento do número de CCs – de 600 para 1.200 CCs. De forma geral é isso, comprovados em Diário Oficial.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Muito obrigado. Então, eu quero dizer que ouvi muito o Sr. Sebastião Melo aqui desta tribuna. Meu colega, a quem quero bem, esteve no meu aniversário, me abraçou; só que a nossa amizade, Vice-Prefeito Sebastião, Prefeito Fortunati, está um pouquinho abaixo da responsabilidade que assumi com o povo. Eu os abraço da mesma forma, mas a responsabilidade que assumi com o povo está acima de meus interesses particulares, das minhas amizades. É por isso que eu falo com indignação, e recebo os advogados no dia de hoje, Dia do Advogado, com esse protesto dizendo que, exatamente neste dia, eu recebo o Veto ao nosso projeto que busca contemplar, no mínimo, um advogado representante da OAB nas JARIs – Juntas Administrativas de Recursos de Infrações de trânsito em Porto Alegre.

Senhor Prefeito Fortunati, não é assim que se constrói democracia! A invocação do Código Tributário Nacional e da Constituição Federal – V. Exa. é advogado e está

cercado de advogados, de assessores - não particulariza, ela normatiza, ela traz uma disciplina geral e diz que os Municípios vão organizar as JARIs, tanto que é que as JARIs são municipais! Então como é que eu, Vereador, não posso legislar sobre isso? Mas que viagem é essa? Aí é muito bonito, invoca a Constituição, o Código Tributário Nacional, não sei o quê! Eu vou trabalhar para derrubar esse Veto! Vou ficar aqui até o último momento, brigando, nem que seja com o cabo da adaga! Agora, eu só espero, Prefeito, que o senhor não mande para cá um decreto contemplando o meu projeto e botando mais alguma coisinha para disfarçar, porque aí eu vou dizer por que o senhor e o Vice-Prefeito Sebastião não concordaram com o meu projeto! E mais eu não posso falar porque o período, o momento me impede por questões legais, senão eu falaria! Mas os inteligentes sabem o que eu quero dizer! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Guilherme Socias Villela assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Bernardino Vendruscolo. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Cassio Trogildo.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro, eu gostaria de agradecer o Ver. Cassio pela cedência de tempo. E, já começando, Ver. Comassetto, eu escutei a sua fala. A minha assessoria me alcançou uma entrevista meio desastrada do Vereador, nosso colega, Dr. Goulart, que misturou “alhos com bugalhos”, Restinga com engenheiro da SMIC... Realmente, ele está por fora desse negócio; o Ver. Goulart é um grande ginecologista e não tem obrigação de entender de indústria e comércio e nem de Camelódromos.

Lembro que, quando eu construí o Camelódromo do Centro, foi bem mais rápido, viu, Ver. Comassetto? Em um ano e meio, fizemos aquela obra de 30 mil metros quadrados no Centro, sem problema nenhum. E deixamos pronto o conceito do Camelódromo da Restinga. Apresentamos o conceito, para que se levasse em conta o aproveitamento do que foi retirado das paradas de ônibus, onde hoje está o Camelódromo de Porto Alegre, no Centro, a exemplo do que foi feito com o Centro de Eventos Ervino Besson, na Vila Nova. Então, é interessante explicar: acho que se vai fazer este Camelódromo. Já era

para estar pronto há três anos, mas não vejo culpados. O que é preciso é se achar e entender do que se está fazendo.

A Ver.^a Sofia falou em CCs, aqui. Acho que não precisamos dizer que quem realmente entende de CCs, realmente, é a Ver.^a Sofia. Ela é do Partido que, talvez, mais promoveu esse tipo de contratação em todos os tempos, no Brasil, no Estado e no Município.

Eu queria me ocupar de um assunto que hoje aparece bastante no noticiário, Ver. Pujol, que é a Campanha do Agasalho, da qual todos participam. Tem gente que ajuda pessoas que necessitam, quando elas mesmas precisavam de ajuda, por terem um grande coração. Mas eu vejo que a Campanha do Agasalho vai até o dia 30 de agosto. Em 30 de agosto termina o frio! O que eu quero propor é que se mude, que se faça a Campanha do Agasalho começar no Natal, para em março, abril, maio, quando começa o frio, os agasalhos já estarem à disposição para serem distribuídos. Em agosto, quando teremos um estoque enorme de agasalhos, o frio já terminou. E esses agasalhos, muitas vezes, são distribuídos sem muitos critérios. Muitas vezes, pessoas que não precisam recebem uma carga de agasalho, ou mesmo instituições recebem os agasalhos e aí, no ano que vem, começa tudo de novo. Então, é uma constatação, não é reclamação, com isso eu só quero ajudar. Todos que se envolvem, há muitas entidades, há muitas empresas, a Prefeitura, o Estado, as primeiras-damas, todas se ocupam da campanha do agasalho, mas que isso seja feito antecipadamente para que realmente se ajude quem possa estar passando frio. Junto com essas campanhas do agasalho poderia se fazer alguma outra campanha de comida, por exemplo, para o inverno, sei lá, alguma coisa que realmente ajude as pessoas que precisam, no inverno, quando é frio, chove - remédio para a gripe, quem sabe? Vamos ajudar para que a campanha do agasalho seja mais efetiva. Essa é a minha contribuição com relação à campanha do agasalho.

Eu também queria falar, e isso não é falar de Partido nenhum. Segundo o Ver. Bernardino Vendruscolo não dá para falar nada neste período de campanha eleitoral. Isso facilita para aqueles que costumam fazer as coisas malfeitas, porque ninguém reclama. Pelo menos por dois ou três meses ninguém reclama das grandes roubalheiras. Mas eu vou comentar, sim. Eu vejo que esse doleiro que está preso hoje se ofereceu para fazer uma delação premiada. Eu acho que isso, Ver. Nedel, a delação premiada desse doleiro vai esquentar a chapa de muito fogão que está apagado por aí. Vai esquentar a chapa! Tem muita gente preocupada, muitos políticos, não políticos, empresários, tem de tudo. Tem de tudo. Tem ladrão de tudo quanto é tipo. E eu acho que é bom o Judiciário, pelo menos

esse pode trabalhar, o Ministério Público pode trabalhar durante a campanha eleitoral. Por falar em campanha eleitoral, também estou vendo que aqueles que reclamam, que querem dinheiro público nas campanhas, querem financiamento público das campanhas - tem um Deputado por aí que é o chefe disso e que é o que mais tem cavalete nas ruas. Eles querem fazer campanha com o dinheiro público! Imaginem só o que eles não vão fazer com o nosso dinheiro! Se esse que quer fazer com dinheiro público é o que mais tem material na rua, já foi assim na eleição passada, está sendo de novo agora, isso seria um desastre para quem trabalha, para quem tenta cuidar do dinheiro público que é bem havido e que não seja mal gasto por pessoas que têm sempre a intenção de achacar o cofre público.

Eu vejo que as pessoas que estão aqui hoje nas galerias já vieram na semana passada, já estão aqui de novo. Eu já recebi telefonemas simpáticos da Dona Patrícia, de mais pessoas da FASC, e eu quero dizer que nós vamos votar, sim, nós vamos fazer de tudo para votar hoje. Vamos votar, porque eu tenho certeza de que este projeto vai ajudar a FASC e fazer com que seus funcionários de carreira possam enfrentar o inverno, como eu falei na Campanha do Agasalho. Tem muita gente dormindo em tudo que é abrigo, embaixo das marquises por aí. E pessoas que tenham capacidade, que tenham a sua carreira garantida, que estejam prontas para se dedicar a essa causa, pessoas que estejam, realmente, qualificadas, enquadradas em um plano de cargos e salários, possam fazer com que a cidade de Porto Alegre diminua muito esse índice de pessoas que estão dormindo na rua. Tem pessoas que estão ao relento, tem pessoas que precisam ser abordadas com mais, eu não sei se é com mais eficiência...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Na próxima vez, se puder me ajudar a escrever o discurso, eu lhe agradeço. Obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Agradecendo a colaboração, eu acho que sim, que tem que ter políticas públicas. Tem que ter políticas públicas, e o funcionário público bem treinado, bem qualificado tem condições de fazer isso. E eu acho que, realmente, dá para substituir

convênios e convênios, porque isso custa muito caro e não é culpa de ninguém. Tem que se ter pessoas responsáveis. Com isso, vou votar, sem dúvida nenhuma, e vou defender o projeto hoje à tarde. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Pujol): A Ver.^a Sofia Cavedon está com palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Quero, em primeiro lugar, fazer um apelo, em nome da oposição, para que os Vereadores e Vereadoras desta Casa venham imediatamente ao plenário – sabemos que estão em seus gabinetes –, para finalmente resolvermos o tema da FASC. Há um apelo que nós compreendemos, um apelo inclusive dos celetistas, a nossa Bancada e a oposição têm uma oposição ideológica contra o PDV, Ver.^a Fernanda. Nós nos comprometemos a dar os votos para garantir 19 votos favoráveis, inclusive para a Mensagem Retificativa do Governo. Precisamos dar o quórum com 19 Vereadores presentes abrindo a Ordem do Dia, na sequência.

Mas gostaria de falar em oposição também, porque um compromisso me tirou daqui do primeiro momento, do momento em que o *hip-hop* esteve aqui mais uma vez mostrando o lamentável descaso da Prefeitura com essa cultura popular que todo ano acaba fazendo sua semana aos farrapos, lá em dezembro, porque é essa novela que estamos assistindo hoje que se repete. A sua semana não é uma semana para colocar num palco, porque talvez o olhar preconceituoso possa pensar: “Ah, eles querem cantar, dançar, não fazem outra coisa, é uma semana para se apresentar...” Não, é uma semana que fortalece os vínculos comunitários, sociais, populares de jovens lideranças, na maioria negras, não todos negros, na periferia, trabalhando o drama e o desafio dos jovens diante da droga, diante do trabalho, diante das dificuldades de estruturação da sua família, numa linguagem que os jovens entendem e que ajuda essa juventude a aproveitar as oportunidades que este Brasil hoje apresenta. Nós, com menos de 4% de desemprego, temos um grande desafio de que essa juventude construa elos, e estou falando com educadores e educadoras sociais que sabem bem do que nós estamos falando, que não basta ter um emprego, não basta ter a vaga na escola, não basta ter o Bolsa Família. A

mediação, a busca ativa, a criação de vínculos são fundamentais. E esse trabalho que vocês fazem, a juventude do movimento *hip-hop* faz, a Prefeitura nunca enxerga assim; é sempre um movimento discriminado, sempre um movimento que tem que vir aqui mil vezes para ter algum apoio, sobrevive sem nenhum apoio, sem nenhum financiamento, e poderiam fazer frente, inclusive, a outras propostas de entretenimento que levam a nossa juventude à violência, que levam a nossa juventude às drogas, ao bando, que não é o bando relacionado com a vida. Nós queremos o bando do *hip-hop*.

Amanhã pela manhã, a nossa Comissão vai fazer o debate sobre o Plano Municipal de Cultura, a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude, que nesta Casa recebeu o Plano, que está na CCJ. É um plano que não tem metas; a Prefeitura de Porto Alegre não sabe o que é um Plano de Cultura, de Educação, não sabe que planos têm metas. É um plano que não leva a lugar nenhum, é um plano apenas com grandes diretrizes. E nós vamos fazer esse debate na Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude com ao Conselho Municipal de Cultura, com artistas, com ativistas culturais. E o *hip-hop* estará presente amanhã no debate da Cultura, com o plano, Juquinha, com a galera toda que esteve aqui hoje. Amanhã é dia de pautar, porque o Secretário da Cultura estará aqui, o Governo terá que responder pelas metas e pela realização do orçamento da Cultura. Para nós, a cultura popular que recebia uma força importante na descentralização da cultura, através de oficinas permanentes, e não de eventuais apoio, foi uma das que mais perdeu recursos na cultura, cultura que já teve 2,5% das receitas líquidas da Prefeitura e que hoje tem menos de 1%. E com menos de 1%, o *hip-hop* é o primeiro que leva a tesoura, porque a cultura é desprestigiada, a cultura não é priorizada. A cultura merece um plano, depois de muita luta, sem nenhuma meta. Inclusive, nós acabamos de protocolar uma emenda a este Plano - a primeira delas -, para que, em cinco anos, a cultura chegue a 1,5% do orçamento, e que, em dez anos, chegue a 3% da receita líquida.

Então, eu quero convidar a todos, porque esse debate da cultura interessa a todos nós, interessa a todos que trabalham com um público mais vulnerável, a todos que trabalham com juventude, a todo ser humano que sabe que cultura é direito, que sem cultura não há condições de um povo tomar a sua cidadania na mão, de mudar, inclusive, a política, de votar com consciência, de vigiar os seus governantes, de participar diretamente da produção de sua vida coletiva.

Quero, portanto, neste último minuto, falar mais uma vez da importância da votação do projeto da FASC. Aqui foi falado, e eu nem vou falar, gurias, da dignidade, das FGs que vão valorizar as equipes permanentes, da lamentável perda das duas emendas que não foram aprovadas aqui nesta Casa, que empoderavam o Conselho de Assistência Social. Lamentável esta perda das duas emendas. Não é possível que um governo não saiba que ele passa e o que fica; o que é permanente tem que ter um controle social, tem que haver a presença da sociedade fiscalizando, produzindo política. O que estamos votando hoje e o que votaremos na sequência não é para o atual Prefeito, não é para o Prefeito Fortunati, não é para o futuro prefeito, mas é uma política permanente finalmente, uma cara única, uma cara institucional para a FASC, uma cara nítida, uma padronização no sentido da implementação plena do SUAS. Então, por favor, base do Governo, contribuições que vêm do Simpa, dos funcionários, da oposição têm que ser bem-vindas, têm que ser refletidas, elas não podem ser o retrato do atual Governo. Então, vamos a votação final. Parabéns pela luta de todos vocês, que é a nossa luta. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Guilherme Socias Villela reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde. Para a Ver.^a Sofia, que me antecedeu na tribuna, eu gostaria de fazer algumas colocações que penso serem importantes. Primeiro, das duas emendas do Conselho Municipal, não foram as duas reprovadas; uma foi aprovada. Sobre a segunda, a que foi reprovada, já estamos conversando com o Conselho Municipal da Assistência para que eles possam solicitar uma mudança na lei que existe aqui, aprovada por esta Câmara, do Conselho Municipal da Assistência Social.

Segundo: gostaria muito do mesmo discurso da Sofia em relação ao Governo do Estado, em que há alguns representantes do Conselho Estadual de Assistência Social aqui e que sabem que a assistência social no Estado do Rio Grande do Sul está dividida em três secretarias. Lá, sim, nós precisamos de um comando único, porque lá nós temos assistência social na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, lá nós temos assistência social na Secretaria do Trabalho e Assistência Social, lá nós temos na Casa Civil, que é o

complemento do Bolsa Família, ou seja, três secretarias de Estado trabalham a assistência social no Rio Grande do Sul, três secretarias dividem, e não existe o Sistema Único da Assistência Social implantado. Em Porto Alegre, isso já existe na prática; precisa melhorar, sim, e muito. E hoje nós temos a grande oportunidade de melhorar isto. Situação e oposição têm a grande chance de qualificar isso, independente de governos e partidos que passem pela Prefeitura de Porto Alegre, Ver. Cecchim. Temos a oportunidade de deixar uma lei que, independente do Prefeito e do secretário que for, terá que ser cumprida. Cumprir a lei; talvez nem todos façam isso. Temos que cumprir a lei! Por isso, Sofia, Comassetto, Ruas e Melchionna, que estão aqui e que têm sido sérios na discussão, que se possa, sim, independente de oposição ou situação, aprovar o projeto e aprovar a Mensagem Retificativa que nós vamos votar após o projeto, porque isso nos dá, sem dúvida nenhuma, a garantia de que esse projeto será implantado na nossa Cidade. Infelizmente, a Procuradoria fez uma análise jurídica e retirou os dois advogados que nós gostaríamos de ter no CREAS, infelizmente retirou, mas antes aprovar 654 cargos novos – 654 cargos novos! – para comporem as nossas equipes do Sistema Único da Assistência Social. De trinta e poucas FGs para 150 Funções Gratificadas, de muitos que hoje já estão coordenando os equipamentos e que ainda não as estão recebendo, mercedamente. Muitos estão aqui, tanto na ponta quanto na própria sede da Fundação. Então, Ver. Cecchim, quero agradecer pelo seu depoimento, por estar favorável ao projeto, tanto de lei quanto da Mensagem Retificativa. E agradeço, mais uma vez, ao Prefeito Fortunati, que, nesses 15 dias de recesso, entendeu a importância desse projeto para a FASC. E não é só para o estatutário, também para vocês, celetistas, a Mensagem Retificativa é tão importante. Há pessoas que se dedicaram por quase 40 anos para a FESC, depois para a FASC, para que também tenham os seus direitos garantidos agora, muitos no final das suas vidas, inclusive; pessoas que se dedicaram, que trabalharam e que fizeram a sua parte na Fundação. Eu tenho muito orgulho, Dr. Villela, porque foi V. Exa., como Prefeito de Porto Alegre, que implantou a FESC, como implantou a SMAM e deixou a história, para que, hoje, nós pudéssemos estar aqui.

O mínimo que eu peço aos Vereadores da oposição é que pensem, sim, nesse projeto de lei, que é fundamental para que a FASC possa continuar trabalhando, porque, senão, a FASC não vai mais conseguir trabalhar, ela não vai mais conseguir segurar como está segurando ao longo desses últimos anos, porque não existem trabalhadores iguais... Aliás, iguais podem existir, mas mais dedicados e melhores que os trabalhadores da

Fundação de Assistência Social e Cidadania não têm. Iguais podem existir, mas esses têm mais compromisso e mais dedicação, eu não tenho dúvida, porque pude estar ao lado durante quatro anos e três meses. Tanto vocês, estatutários, quanto vocês, celetistas, poderão sair daqui satisfeitos hoje à tarde, dependerá de todos nós, Vereadores. Dependerá de cada um dos Vereadores que estão aqui, para que todos os servidores públicos, estatutários e celetistas, saiam satisfeitos. E não são somente os servidores que vão sair satisfeitos daqui, são as pessoas que utilizam os nossos serviços. Essa é a responsabilidade de cada um que está aqui.

O Ver. Cecchim estava falando das pessoas em situação de rua, inclusive mostrou algumas fotos que ele tirou no Centro. E essa é uma luta que nós estamos travando ao longo dos últimos anos, a FASC já está tratando desse tema ao longo das últimas décadas. É referência nacional, também, há muitos anos, não na última gestão do Kevin, mas nas gestões anteriores, que lá trabalharam e que foram referência na construção da política pública nacional. Agora, vamos unir as nossas forças e aprovar um projeto de lei que não é de estatutário nem de celetista, e sim dos usuários que utilizam os nossos serviços. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, vou falar dois minutos, tenham um pouquinho de paciência com este sofrido Vereador. Vou votar, quero assumir o meu compromisso, Kevin, vou votar.

Sabem por que sofrido Vereador, Ver.^a Sofia? Porque eu não admito mentir para a sociedade, eu não sou mentiroso, não compactuo com mentirosos.

E, aproveitando, querido Ver. Kevin, quem tem que cumprir a lei, e V. Exa. é da base do Governo, é um pedido que faço, converse com o Vice-Prefeito, porque ele tem uma lei, aprovada nesta Casa, de sua autoria, que diz respeito à regularização das obras irregulares – os puxadinhos, como costuma falar o Ver. Brasinha. Ele, quando era Vereador, fez um carnaval aqui! Que tinha que regularizar, que não recebiam IPTU! E, agora, ele virou Prefeito, e nada! Esqueceu de tudo! Teve um problema de amnésia! Se

tivesse assumido ontem, tudo bem! Mas o tempo já está passando! Este projeto é de autoria dele, já sancionado, trata da regularização fundiária.

Nós temos muitos bairros na Cidade, nos quais as pessoas querem o título de propriedade e querem pagar o IPTU. Eu nunca vi um Executivo não trabalhar para aumentar a sua receita! Só aqui, em Porto Alegre! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Tempo Especial.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é óbvio que falo, neste momento, Ver.^a Sofia e Ver. Pedro, para todos os colegas que estão no plenário, mas estamos aqui com o compromisso da votação, e está claro que, neste momento, não temos quórum. Então aproveito, já que todos nos ouvem, para pedir que venham até o plenário, para enfrentarmos este debate, que é a votação dos projetos, logo a seguir.

Quero aqui fazer uma prestação de viagens, já que, durante o recesso, realizei duas viagens como Conselheiro Nacional das Cidades, representando os Vereadores do Brasil. A primeira viagem foi no dia 17 de julho, quando participamos de um seminário para construir as novas diretrizes para o Minha Casa, Minha Vida III. O que é o Minha Casa, Minha Vida III, que acabou de ser anunciado? São mais 3 milhões de habitações de interesse social, principalmente no que diz respeito às habitações para zero até R\$ 1.600. Foi feito um diagnóstico em Brasília, com todos os segmentos, desde os empresários até os movimentos sociais, com profissionais de arquitetura e engenharia da assistência social. E um grande problema que o Minha Casa, Minha Vida I registrou e que o Minha Casa, Minha Vida II registra é quanto ao problema do trabalho social nos empreendimentos habitacionais, porque essas famílias vão morar numa tipologia construtiva, onde precisam reorganizar as suas vidas, e os projetos não são contemplados. Há os que moram em vila irregular que têm galinhas, porcos, cachorros, cavalos, e, quando vão morar num empreendimento habitacional com característica urbana, como são os apartamentos, é óbvio que eles não podem levar todos esses equipamentos junto. Com isso, tem que haver uma transição, inclusive com a formação profissional ou educacional do conjunto dessas famílias, para que possam enfrentar uma

gestão condominial. E o que aconteceu com muitos condomínios que foram feitos aqui em Porto Alegre, na Zona Sul, prezado Ver. Cecchim, ou lá mesmo na Restinga? Não houve um trabalho social com qualidade; as pessoas abandonam, vendem as casas, e não podem vender, o tráfico começa a tomar conta e há uma degradação nas relações sociais. Então, aqui eu quero registrar, já que nós temos um grande número aqui, que toda a porta de entrada no Minha Casa, Minha Vida tem que iniciar pela FASC. Se não tiver todo o credenciamento social no Cadastro Único, não entra; se não tiver o NIS, não entra. E são milhares de famílias que têm que ter essa porta de entrada.

Então, é claro que essa reestruturação que estamos aqui discutindo vem ao encontro da qualificação e da instalação do SUAS na sua plenitude em Porto Alegre. E um dos pontos é o seguinte: após, quando o empreendimento estiver entregue, terá que ter no mínimo dois anos de trabalho da Assistência Social bancado pelo recurso público, para quê? Para que possa haver a organização dessas comunidades. E, já que eu estou falando no SUAS, Ver.^a Sofia, eu queria registrar aqui – e o Ver. Kevin cobrou do Governo do Estado a unificação, com a qual eu tenho acordo conceitual –, sobre a instalação do SUAS em Porto Alegre, que hoje há nove milhões repassados do Governo Federal, fundo a fundo, que estão parados lá, valor que não está sendo utilizado, isso tem que ser utilizado, Ver. Kevin. E esta tribuna serve para nós fazer o debate. Eu concordo com o seu conceito da unificação do Estado, mas não dá para nós votarmos, captarmos recursos e não conseguirmos implantar como devemos implantá-lo.

A segunda prestação de contas que eu quero fazer neste um minuto e meio é sobre os dias 23, 24 e 25, quando da posse do 5º Conselho Nacional das Cidades. Aqui eu quero fazer o registro da importância que se está constituindo nesse momento. Neste momento, no Brasil, está se construindo um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, porque é inconcebível que nós tenhamos as cidades brasileiras com 85% da população, onde todos os problemas acontecem no território dos Municípios, e existem políticas, existem recursos, e esses recursos não são aplicados ou são mal aplicados, e, na grande maioria das vezes, por falta de projetos. Agora, no dia 10 de agosto, venceu a lei nacional que determina que todos os Municípios brasileiros devem ter a implantação da reciclagem e dos aterros sanitários ou o fim dos lixões. O que aconteceu? Passaram-se os quatro anos da lei, e os Municípios não implementaram. Agora, gritam porque querem. Os Municípios brasileiros estão inadimplentes legalmente. Então essa política do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano está em plena discussão. O projeto de lei está no Congresso

Nacional, foi construído no Conselho Nacional das Cidades, que é para unificar a questão da habitação. Nós não temos que construir casas; temos que construir cidades, e para isso tem que ter saneamento na sua plenitude, mobilidade urbana, geração de renda e planejamento.

Quero dizer que daqui a pouco haverá uma reunião com o Prefeito para resolvermos finalmente o problema do povo que ocupou a área da Avipal e demais ocupações. Por que está acontecendo isso? Porque falta um projeto de habitação de interesse social na cidade de Porto Alegre; também falta um programa de regularização fundiária. Nós temos 750 vilas irregulares em Porto Alegre. Precisamos aproveitar essa política que o Ministério das Cidades está constituindo para Porto Alegre. Essa é a prestação de contas dessas duas atividades que realizei fora do Município. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Mario Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público das galerias e da TVCâmara, vamos fazer um apelo aos Vereadores que estão nos gabinetes para que possamos entrar na Ordem do Dia. Vamos explicar mais uma vez ao pessoal da FASC: se nós não tivermos 19 Vereadores, a Sessão termina. Vocês estão nos acompanhando há bastante tempo, e se nós não tivermos 19 Vereadores aqui, a Sessão termina. E nós, Vereadores, não somos só oposição; aqui há situação e oposição, pois o projeto é para a Cidade, é da FASC. Então, nós precisamos da situação e da oposição, não só da situação. A oposição tem que estar presente também e votar na Ordem do Dia. E queria dizer ao pessoal da FASC: nós podemos terminar todo o processo hoje, só depende da boa vontade da oposição, da situação e de todos os Vereadores, para que possamos terminar o processo hoje, senão vai ficar para quarta-feira. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): (15h58min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, a Emenda nº 06 ao PLE nº 041/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**.

O SR. MARIO FRAGA (Requerimento): Ver. Delegado Cleiton, depois da votação do projeto, eu gostaria de solicitar uma Sessão Extraordinária para irmos adiante, para que pudéssemos votar todo o projeto da FASC hoje. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Está feito o seu registro, Vereador. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mario Fraga, o PLE nº 041/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**. (Palmas.)

O Sr. Mario Fraga: Sr. Presidente, quero dar parabéns ao pessoal que compareceu aqui e a todos os Vereadores, tanto de situação como de oposição. Como Líder da situação, peço a renovação de votação da mensagem retificativa ao projeto recém votado. Gostaria que o Líder da oposição, o Ver. Comassetto, se manifestasse.

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, em nome do PT, PSOL e PCdoB, damos acordo para votar de imediato a renovação de votação. Também solicitamos que V. Exa. conduza, com as demais Lideranças, a possibilidade de fazermos uma Sessão Extraordinária para votarmos ainda hoje a emenda colocada.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Havendo acordo entre os Líderes, nada obsta, Vereadores.

Em votação o Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**. (Palmas.)

Solicito que os Srs. Líderes se aproximem da Mesa para firmamos um acordo. (Pausa.) Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h13min.)